



Anais da Assembléia

Nº 20

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 01 DE ABRIL DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 1982

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Lineu Turra.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados. João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nelson Buffara, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

Do Senhor LUIZ CHEMIM GUIMARÃES — Procurador de Justiça, nos seguintes termos: “Honra-me comunicar a Vossa Excelência que fui exonerado, a pedido, pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Ney Braga, do cargo de Diretor da Polícia Civil do Estado, da Secretaria da Segurança Pública.

Não poderia deixar, eminente Senhor Presidente, na oportunidade, de enaltecer o Poder Legislativo do Estado, tanto na sua respeitável pessoa, que me brindou comparecendo à solenidade de transmissão de cargo, quanto nas dos demais ilustres e eminentes Deputados, que significam a garantia da democracia e representam nessa venerável Casa de Leis a alma do povo paranaense.

Agradecendo todo o apoio que recebi de Vossa Excelência e de seus Pares, aproveito para expressar a todos os componentes da doughty Assembléia Legislativa do Paraná o testemunho

de meu profundo respeito e renovada admiração”
Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 109/81, 114/81, 39/80 e 60/81, que visam a criação dos Municípios de Altamira, Santa Terezinha, Figueira e Braganey.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1982.

(a) GABRIEL MANOEL.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 24/80, de sua autoria, que visa a criação do Município de Pranchita, bem como a sua inclusão na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1982.

(a) TÚLIO ZANCHET.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção nos Anais desta Casa de um voto de regozijo pela recondução do Dr. Aléssio Vaz Primo, na direção da Carteira Agrícola do Banco do Brasil.

Tal solicitação se justifica plenamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de vez que o Dr. Aléssio, paranaense por adoção, que tem se constituído no verdadeiro porta voz dos interesses paranaenses em Brasília e em especial, no exercício das altas funções de Direção do maior organismo de crédito oficial do País, na voz e expressão dos agricultores do Estado, através de constantes medidas de apoio às cooperativas, às medidas de eletrificação rural e na expansão do apoio creditício à agricultura Estadual.

Antigo funcionário do Banco, administrador de competência comprovada, homem afeito aos problemas agrícolas nacionais, sua nomeação para novo período no Banco conta com o aplauso incontestado das mais expressivas lideranças de todos os setores da vida paranaense e toma-se, portanto, justo e necessário que esta Casa também una sua voz a satisfação dos paranaenses.

Requer-se outrossim, que da presente decisão se dê ciência aos Srs. Presidente do Banco do Brasil, Ministros do Planejamento, Fazenda, Casa Civil, ao Dr. Aléssio Vaz Primó e a todos os gerentes do Banco do Brasil no Estado do Paraná e ao seu Superintendente Regional, Luiz Ratto.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação na Ata dos

trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos ao consagrado jornalista Calil Simão, pela comemoração de seus 24 anos de jornalismo social.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1982.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Filho de um homem digno e honrado (Rezala Simão), Calil Simão herdou do pai a capacidade e a inteligência, transformando os exemplos adquiridos no lar em força dinâmica a favor do próximo.

Sempre correto em suas informações, conseguiu marcar um estilo, hoje imitado em jornais do eixo Rio/São Paulo. Seu nome é respeitado em todo o Brasil.

CALIL SIMÃO representa um potencial muito grande de orgulho para os paranaenses, pois é uma força-viva do jornalismo social brasileiro. Com total independência sempre divulgou os fatos, criticando ou elogiando, mas usando sua poderosa arma: a verdade.

Há 24 anos atrás iniciou sua carreira no jornal "Diário da Tarde", onde despontou como leitura obrigatória dos bens informados.

Amigo leal do ABDO AREF KUDRI, foi convidado por este para ser o colunista-fundador do jornal DIÁRIO POPULAR, onde está há 19 anos, sempre fiel à sua linha de coerência.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos Trabalhos da Sessão do dia de hoje do seguinte:

— um VOTO DE LOUVOR ao acadêmico ROGÉRIO MIGUEIS PICADO, Presidente da SECEP — SECRETARIA DE CASAS DE ESTUDANTES DO PARANÁ, no período de 31 de maio de 1981 a 28 de março de 1982, pelos relevantes serviços prestados à entidade e às Casas de Estudantes do Paraná,

— um VOTO DE REGOZIO à nova Diretoria da SECEP - SECRETARIA DE CASAS DE ESTUDANTES DO PARANÁ, eleita em 28 de março do corrente, composta pelos seguintes estudantes:

Presidente: EVA CANTELEJO MUNHOZ, da Casa do Estudante Universitária de Curitiba.

Vice-Presidente: RODOLFO SCHÜNEMANN da Casa do Estudante Luterano Universitário.

Primeiro Secretário: FANDILA ROSETTO, do Lar da Acadêmica de Curitiba.

Segundo Secretário: CELSO AUGUSTO BITTENCOURT, da Casa do Estudante Universitário.

Primeiro Tesoureiro: RUBEN HANSEN, da Casa do Estudante Luterano Universitário, e,

Segundo Tesoureiro: DELANY WALDSCHMIDT, da Casa do Estudante Universitária de Curitiba.

Requer, outrossim, que do presente seja dado ciência aos interessados.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1982.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

Apresentamos à apreciação dos Senhores Deputados, o presente requerimento, primeiro, para prestar, através de um VOTO DE LOUVOR, justa homenagem ao acadêmico ROGÉ-

RIO MIGUEIS PICADO, pela consagração de sua gestão como Presidente da SECEP — SECRETARIA DE CASAS DE ESTUDANTES DO PARANÁ.

Rogério Picado desempenhou intensas atividades como dirigente da instituição maior das Casas de Estudantes do Estado, reconhecidas pela classe representada e comprovadas através da própria imprensa e órgãos e instituições que porventura vieram a ter contato com a Secretaria.

O trabalho desenvolvido pelo homenageado consubstancia-se na larga experiência, visão administrativa e altivez na conduta dos assuntos estudantis, adquiridos, entre outros, como Presidente da Casa do Estudante Luterano Universitário - CELU, ou como integrante de vários órgãos de representação da Universidade Federal do Paraná.

Ao mesmo tempo requeremos um VOTO DE REGOZIO pela eleição da nova Diretoria da SECEP, fato dos mais significativos para a Secretaria, uma vez que esta marca a continuidade de um profícuo trabalho já iniciado nas gestões anteriores, e antevê, pela capacidade e denodo dos novos dirigentes, mais um período de realizações em favor da comunidade estudantil e da sociedade em geral.

Dessa forma, queremos desejar aos integrantes dessa nova Diretoria, uma gestão coroada de êxito, através de um trabalho sereno, equilibrado e frutífero.

REQUERIMENTO

Súmula:

REQUEREM, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Gal. NEY BRAGA, Governador do Estado, e ao DOUTOR NIVALDO ALMEIDA, Secretário dos Transportes, conforme o exposto abaixo:

Sr. Presidente.

Os Parlamentares que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvirem o Plenário, o envio de expedientes às autoridades acima mencionadas, no sentido de que seja construída a PONTE DO CATANHOTO, na estrada que liga os Municípios de Ribeirão Claro e Joaquim Távora.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1982.

(aa) LÁZARO DUMONT e
GABRIEL MANOEL.

JUSTIFICATIVA:

A construção da PONTE DO CATANHOTO, é uma obra que virá beneficiar não só os Municípios de Ribeirão Claro e Joaquim Távora, mas uma grande parte daquela região do Norte Pioneiro do Estado do Paraná, no escoamento de suas safras agrícolas, tendo em vista as dificuldades encontradas pelos agricultores daquela próspera região em épocas chuvosas, quando necessitam efetuar os transportes de suas colheitas.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, atendidas as formalidades regimentais, REQUER envio de TELEX ao Conselho Monetário Nacional, ao INCRA, ao Ministério da Agricultura, ao Ministério do Planejamento, ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Interior, solicitando a liberação de verba, no valor de 589.340 UPCs para consecução do Plano Estadual de Eletrificação Rural Cooperativada do Paraná, encaminhado em setembro de 1981 e até o momento sem apreciação.

Requer envio de cópias do TELEX e da JUSTIFICATIVA, em anexo, às Cooperativas de Eletrificação Rural de Guaraniaçu, Toledo, Chopinzinho, Itapejara D'Oeste, Pato Branco, Campo Mourão e Peabiru, Guaíra, Mal. Cândido Rondon, Assis Chateaubriand, Arapoti, Wenceslau Braz, Castro, Francisco Beltrão, Planalto, Ribeirão do Pinhal, Abatiá, Astorga, bem como, às Câmaras Municipais e Prefeituras Municipais dos municípios acima. Também à Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Paraná.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1982.

(a) NELTON FRIEDRICH.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que a este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. EURO BRANDÃO, digníssimo Diretor-Presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP - sugerindo a adoção de medidas abaixo à reativação da LIOVAL ALIMENTOS LIOFILIZADOS S/A., localizada no Município de Morretes, neste Estado.

- 1) Estender recursos à citada empresa objetivando a conclusão do empreendimento;
- 2) gestionar junto aos órgãos competentes, no sentido de conseguir uma licença especial e provisória para o funcionamento do sistema de aquecimento a petróleo, estabelecendo um prazo para a mudança definitiva,
- 3) Caso de não aceitação das ofertas, proceder a estatização da empresa, como medida extrema, oferecendo o calor exato dos benefícios recebidos, inclusive quanto aos juros e correção monetária.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1982.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

A razão de nossas sugestões se funda no fato de que a empresa LIOVAL ALIMENTOS LIOFILIZADOS S/A. foi beneficiada pelo BADEP, há mais ou menos 2 ou 3 anos atrás, com recursos oriundos do BNDE a juros altamente subsidiados: 5% ao ano e correção monetária de 20%.

Benefícios como estes, de fato, devem trazer ânimo no meio empresarial para qualquer tipo de investimento. Acreditamos que a LIOVAL ALIMENTOS LIOFILIZADOS S/A não tem correspondido ao que recebeu de ajuda e estímulo para seu empreendimento.

Fomos informados da exigência imposta à empresa no sentido de modificar a fonte energética no sistema de aquecimento e da negativa da empresa em efetuar mais investimentos neste sentido.

Acreditamos que o BADEP e nem o BNDE podem permitir a continuidade de tal situação.

Pois mesmo se tratando de uma empresa privada não podemos perder de vista que a mesma é portadora de subsídios de um Banco estatal que objetiva o desenvolvimento da região e como tal atender a toda a população e não apenas aos apetites de lucro de um empresário.

Existe uma expectativa muito grande entre os moradores de Morretes no sentido do funcionamento efetivo da empresa, tendo em vista principalmente que gerará aproximadamente 300 empregos.

Também os produtores de banana, maracujá e outras

frutas depositam na LIOFILIZAÇÃO uma grande esperança de prosperidade em suas culturas.

Esta esperança e expectativa não deveriam ser traídas sob de severas conseqüências que se farão sentir, não só em Morretes, mas em toda a região litorânea, grande produtora de frutas.

A LIOVAL ALIMENTOS LIOFILIZADOS S/A se tomou assim de interesse público e como um empreendimento de extrema necessidade para o efetivo desenvolvimento do litoral paranaense.

As medidas sugeridas deverão pressionar o empresário a decidir-se pelo funcionamento da indústria sob pena de perder os generosos investimentos do BADEP e BNDE.

Toma-se necessário o funcionamento daquela indústria para que o Paraná não venha a ser enganado em sua confiança nos empresários dispostos a investir na exploração de suas riquezas e potencialidades diversas e conseqüentemente no progresso e desenvolvimento de todo o Estado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência registra, e com satisfação, a presença em nosso Plenário do Sr. Antônio Eduardo, Vice-Prefeito de Quatiguá.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como é do conhecimento desta Casa e do Paraná, com a abertura das comportas da Usina de Jupiá, realmente está trazendo hoje um grande transtorno à população das margens do Rio Paraná, na região de Guaíra, Querência do Norte, enfim, de toda aquela região.

Se não fosse somente as enchentes, mas o problema maior é o prejuízo que estão causando as águas do Rio Paraná, que estão subindo demasiadamente.

Nestas condições, a fim de apurar as responsabilidades, estamos colhendo assinaturas dos Srs. Deputados, para apresentar a esta Casa, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de estudar, apontar as causas e também o responsável pelas enchentes que vêm ocorrendo às margens do Rio Paraná e seus afluentes; problema que tem causado grandes transtornos na economia daqueles municípios e também para o Estado do Paraná.

O requerimento é o seguinte: (Lê):

“Sr. Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a criação e formação de uma COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, a fim de estudar, apurar e apontar as causas, e também apontar os responsáveis pelas enchentes que vêm ocorrendo nos municípios às margens do Rio Paraná, e seus afluentes, problemas estes que tem causado grande transtornos na economia daqueles municípios e também para o Estado do Paraná, mais especificamente aos pequenos produtores rurais.

A presente COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO “CPI” deverá ter a duração de noventa (90) dias, e comporta de 05 (cinco) membros.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1982.

(a) LÁZARO DUMONT

Apoiamento:

Túlio Zanchet, Egon Pudell, Lineu Turra, Gernote Kirinus, José Tavares, Trajano Bastos, Mário Celso, Nestor Baptista, Basílio Zanusso, Erondy Silvério, Edilson Alencar, Airtton Cordeiro, Deni Schwartz, Fuad Nacli, Dácio Leonel, João Mansur, Tércio Albuquerque, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Luiz Alberto de Oliveira, Del Ciel, Gilberto Agibert Filho e David Cheriegate.

JUSTIFICATIVA:

As águas invadindo o perímetro urbano e destruindo obras públicas recém-concluídas, lavouras de milho, arroz, mandioca e outras perecendo, flagelados passando fome e sem qualquer ocupação, este é o cenário que se observa atualmente no extremo Noroeste paranaense, nos municípios próximos ao Rio Paraná e seus afluentes, que com as imprevistas cheias do mês de março e como nos anos anteriores, provocando uma série de transtornos para as administrações públicas daqueles municípios principalmente o de Porto Rico, Marilena, São Pedro do Paraná e Querência do Norte. A situação atual é de muita gravidade, e deverá piorar ainda mais se a represa de Jupia, no interior do Estado de São Paulo, continuar abrindo suas comportas, para evitar transbordamentos. Os prefeitos em afiliva situação, não dispõem de recursos financeiros para arcar com despesas de assistências aos flagelados, principalmente aqueles que vêm da zona rural, e não possuem mão-de-obra especializada. A situação em toda aquela região, é de verdadeira emergência e calamidade pública, com os proprietários rurais perdendo suas plantações, e muitos não tendo nem mesmo onde colocar suas criações. A situação principalmente em Querência do Norte é bastante apreensiva, sendo que as águas do Rio Paraná naquele município, já atingem a mais de cinco (05) metros acima do nível normal, e as onze (11) ilhas ali existentes, estão praticamente submersas, obrigando a retirada às pressas de mais de 1.200 pessoas, que constituem as 250 famílias de pescadores e pequenos produtores rurais que habitam aquelas ilhas sendo que muitos ainda correm o risco de perecerem, pois temiam em se retirar, na esperança de que o nível das águas possa baixar de uma hora para outra, coisa que dificilmente acontecerá, se as comportas da Represa de Jupia, forem abertas novamente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é a primeira vez que isto acontece, e não será a última, se providências não forem tomadas, apontando os responsáveis, e fazendo que eles arquem com as indenizações dos prejuízos, que os produtores rurais, o município e o Estado vêm sofrendo nestes últimos anos.

Não se pode admitir de forma alguma, que as Centrais Elétricas de São Paulo, a SESP, ainda não tenha tomado as providências necessárias, e que estes tipos de ocorrências continuem a acontecer todos os anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O próprio Governador do Paraná, através de notícias veiculadas pela imprensa, nesses últimos dias, tem chamado a atenção para esses graves acontecimentos.

E o que nós queremos com isto, com a criação desta CPI, o que nós queremos também, é salvar, porque, dentro de poucos anos, nós teremos mais duas barragens, sendo construídas, inclusive nesta região; e o que se quer é providenciar aqui, é que os prejuízos causados já por outras empresas, não venham a ser causados com a construção desta barragem.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos sobre a mesa requerimento para o qual gostaríamos de chamar a atenção dos Srs. Deputados, à sua aprovação.

(Lê):

“Já aproximadamente dois anos instalou-se uma moderna indústria de biofilização de alimentos ao Município de Morretes. O empreendimento prometia ser uma importante alavanca para o progresso da região litorânea de nosso Estado. No entanto, para o desencanto dos 250 empregados contratados em sua fase experimental e do povo de Morretes, após um mês de funcionamento a fábrica fechou suas portas que não mais se abriram. E até hoje reina absoluto silêncio em torno do caso.

Como, no entanto, este empreendimento foi financiado pelo BADEP, com recursos oriundos do BNDE, e como tal são recursos públicos com juros altamente diferenciados, o povo de Morretes e do Paraná tem o direito de ser informado em torno do mistério. Segundo parcas informações que pudemos obter em torno do assunto, constata-se que:

a) A indústria LIOVAL ALIMENTOS BIOFILIZADOS S/A teria montado suas caldeiras de aquecimento à base de petróleo. Tendo em vista a crise do produto e a determinação do Governo Federal em impor às indústrias mudanças no sistema de aquecimento, o empreendimento não saiu da fase experimental.

b) O proprietário nega-se a efetuar a mudança por falta de recursos. Nega-se outrossim, a receber mais recursos do BADEP para efetuar as mudanças necessárias no sistema de aquecimento e que poriam a indústria em funcionamento imediato. Faz exigências descabidas ao BADEP para proceder as mudanças necessárias.

Diante deste impasse estamos a requerer do BADEP medidas mais enérgicas e melhor critério para aplicação dos recursos públicos, tão necessários para as áreas da saúde, da educação, da habitação e em tantas outras necessidades populares. Não podemos admitir que um empresário iluda o povo, alimentando falsas esperanças, para depois especular com o dinheiro público recebido com tão generosos subsídios. O BADEP deve tomar a defesa dos interesses do povo e de suas riquezas, geridas com tanto sacrifício. Não se pode assistir de braços cruzados a especulação que se está fazendo com os recursos públicos, sob pena de ser responsabilizado diretamente pelo agravamento do desemprego que campeia pelo Paraná afora, causada também pela má aplicação de recursos públicos.

O povo de Morretes merece uma explicação razoável do motivo dessa dolosa omissão do BADEP. O povo do Paraná também espera uma explicação. Diante de um triste quadro em que se assiste o desemprego de um lado e de outro uma fonte geradora de empregos inativados e submetidas ao espúrio jogo de especulação com dinheiro público, é a única explicação que nós poderemos encontrar para o não funcionamento daquela indústria. Porque sabendo-se que essa mesma indústria geraria 300 empregos diretos, mais 1.500 empregos indiretos, não podemos admitir de que ela esteja inativada por simples teimosia ou por interesses especulativos daquele que tomou dinheiro do BADEP emprestado e aplicou mais sem gerar a expectativa de empregos que nós estamos a esperar.

Por isso o nosso requerimento e peço a apreciação de todos os Srs. Deputados.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste ano em que o Instituto de Educação do Paraná completa 106 anos de fundação, tivemos a rara felicidade de assistir na manhã de hoje uma homenagem extraordinária, prestada a dois mestres que há mais de 50 anos estão exercendo o magistério.

Homenagem que se estendeu também à Diretora daquela instituição de ensino e o que é mais importante, homenagem

que foi prestada pelos alunos do Instituto de Educação do Paraná; pelos professores, que como colegas, que como companheiros do professor Estevão Inocêncio, professor de Química, nascido em Mallet, professor que completa neste ano 50 anos de magistério; professores que homenagearam a professora Miraci de Araújo, que há 53 anos é pedagoga e trabalha no Instituto de Educação do nosso Estado, aliás está dentro do Instituto de Educação desde 1929, e antes ainda quando como aluna cursava o magistério no Instituto de Educação.

E vendo aquela homenagem extraordinária que assistimos comovidos durante a manhã de hoje, nos inspirou aquela atitude a formulação de um projeto de lei que será submetido à apreciação desta Casa, instituindo a medalha e o diploma de mérito educacional.

Sabemos perfeitamente que a sociedade toda deve naturalmente o seu preito de reconhecimento aos nobres professores deste Estado e de outros Estados brasileiros.

Sabemos, no entanto, que ao Poder Público compete fundamentalmente saber render a sua homenagem àqueles que mesmo acumulando o tempo de serviço para a aposentadoria, vão além desse tempo de serviço e se dedicam ao magistério com a seriedade, com o conhecimento, com a eficiência, com o amor, com a lealdade com que os professores Estevão Inocêncio e Miraci de Araújo se dedicam no Instituto de Educação do Paraná.

Justo, portanto, que saibamos nós reconhecer este trabalho; justo portanto que saibamos criar a simbologia deste reconhecimento, que saibamos estabelecer um vínculo definitivo entre a sociedade e o magistério, especialmente para aqueles que fazem o magistério com a vocação maior de servir a causa da educação.

E nesta época em que a humanidade vive estremecida nesta quadra da vida em que este País particularmente procura sair do subdesenvolvimento, nenhum instrumento é mais importante do que o instrumento da educação.

E, portanto, quando estamos instituindo através de um projeto de lei a medalha e o diploma do mérito educacional, nós aqui queremos render a nossa justa homenagem a professores que dedicam quase toda uma existência a jovens, crianças, a menores e àqueles que nos bancos universitários se preparam para enfrentar as dificuldades de um futuro próximo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendia voltar ao assunto a respeito do símbolo da preservação da natureza no Paraná, simplesmente para fazer um pedido de informação para saber qual o custo deste “Projeto Curupira”, para saber qual a agência que veicula essa propaganda, qual o preço dos cartazes, enfim, saber o custo desta campanha do “Projeto Curupira”.

No dia de hoje, eu não debateria, devo confessar, apenas com o Sub-Chefe da Casa Civil para Comunicação Social.

Mas, como Chefe da Casa Civil para Comunicação Social se diz porta-voz do Governo defendendo a criação do Símbolo Curupira e, portanto, criticando ou rebatendo as críticas que aqui fizemos, é que volto à tribuna para estranhar a posição da Casa Civil com relação ao assunto, visto que, para que fizéssemos as nossas críticas nos baseamos nos mais conceituados autores, nas mais conceituadas enciclopédias para que pudéssemos, na realidade, se contestado fôssemos, ter uma base informativa superior àquela que criou o “Projeto Curupira”, aquela idéia infeliz que teve o Governo do Estado do Paraná de criar o “Projeto Curupira” para preservação da natureza.

E o Sr. Marcos Aurélio de Castro, sub-Chefe da Casa Civil, dizendo-se porta-voz do Governo, julgou-se com a autori-

dade e até com o preparo de contestar a Enciclopédia Delta Larousse, dizendo que vários intelectuais contestam esta enciclopédia.

Mas, foi mais além essa petulância do Sub-Chefe da Casa Civil, contestando o conhecido Dicionário Aurélio. Aliás, entre o Dicionário Aurélio e o Aurélio Tupiniquim, fico com o do Dicionário.

Contestou também o Dicionário da Língua Tupi, de Gonçalves Dias, um dos maiores estudiosos indigenistas que o Brasil teve em todos os tempos.

Mas, a petulância do Sub-Chefe continuou: contestou também o Grande Dicionário Etimológico, Prosódico da Língua Portuguesa, de Francisco Bueno, contestou o Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, de Caldas-Aulete.

E qual de nós que passou pela escola, não conhece o significado de Caldas-Caulete para o engrandecimento da cultura nacional?

Contestou também o Dicionário Prático da Língua Nacional, do autor Mesquita de Carvalho, e foi assim trazendo sua contestação às críticas que fizemos na sessão da última terça-feira.

Volto a insistir, voltarei a falar sobre o assunto, Sr. Presidente, para saber o custo desta campanha, para saber qual a agência que veicula esta campanha, inclusive me parece que é a mesma agência de propaganda que veiculou a chamada pesquisa do “Gallup” que tantas dúvidas trouxe para todos nós.

Eu apenas termino dizendo que é uma obrigação, não só da Situação, mas também da Oposição, de preservar a natureza, de cuidar da natureza, de cuidar da preservação do meio-ambiente. Devemos todos estar alinhados na mesma luta, para a preservação da natureza. Mas, apenas entendo que, se estamos ao lado da luta desta preservação, não podemos estar ao lado de um símbolo, que é o símbolo da corrupção, segundo o próprio Dicionário, que é o “Curupira”; ao lado da preservação da natureza, sim; não, Sr. Presidente, ao lado do Curupira.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A leitura do jornal “O Estado de São Paulo”, do dia de hoje, fez com que eu me deparasse com uma matéria em relação a Curitiba.

Tenho visto todos os dias, pela televisão, filmes coloridos, dizendo das maravilhas, das realizações do Governo do Estado, das realizações do ex-Prefeito Saul Raiz, que teria resolvido todos os problemas de Curitiba.

Mas, esta matéria que está hoje no “O Estado de São Paulo”, me traz também a análise, a existência e a convicção de que existe uma profunda discordância entre aquilo que o Governo está fazendo, falando, dizendo que é a realidade, e aquela realidade que o Sr. Jaime Lerner, através do seu Departamento de Desenvolvimento Social da Prefeitura está afirmando, nesta matéria que está inserida no jornal “O Estado de São Paulo”.

Gostaria até de perguntar se não vamos ver, daqui uns dias, algum filme da Prefeitura, também colorido, para rebater aquilo que o Governo está dizendo, porque uma coisa conflita com a outra.

E vou ler, Sr. Presidente, para ficar nos Anais desta Casa, esta matéria que está inserida, repito, no jornal “O Estado de São Paulo”. (Lê):

POPULAÇÃO DE CURITIBA EMPOBRECEU

Da Sucursal de Curitiba

Mais de 80 por cento da população que se incorporou às favelas de Curitiba, depois de 1979, constituem-se de pessoas que se empobreceram na própria cidade, ficando sem condições de pagar o aluguel de uma casa. É esta a conclusão a que chegou o DDS — Departamento de Desenvolvimento Social da Prefeitura, através da última pesquisa realizada junto à população favelada.

A pesquisa mostra, em primeiro lugar, que em números absolutos houve uma redução da população favelada de Curitiba nos últimos três anos: em 79, havia 6.213 moradias nas favelas da cidade e uma população estimada em 32.919 pessoas, em janeiro deste ano, as moradias eram 6.181 e a população, 31.194. Mas a rigor, estes números, segundo demonstra o Diretor do DDS, Luiz Carlos Zanoni, deveriam ter passado por uma redução significativamente maior, já que nesse período favelados de áreas insalubres ocuparam 2.100 residências oferecidas pelo sistema habitacional da cidade e o fluxo migratório do Interior para Curitiba caiu de maneira expressiva com a abertura de algumas frentes de colonização no Mato Grosso, Rondônia e Acre.

O DDS está certo, hoje, de que pelo menos 2.000 novas moradias em favelas foram ocupadas por pessoas da própria cidade, sobretudo depois da introdução da lei que prevê reajustes semestrais e plenos para os alugueis. Uma prova cabal disso, além da pesquisa, são, segundo Luiz Carlos Zanoni, os contatos realizados pelo corpo de assistentes sociais nas próprias favelas: “De cada grupo de 100 pessoas que têm procurado as nossas assistentes com o objetivo de conseguir um lugar para morar nas favelas, pelo menos 80 se mostram nessas condições”. Outro dado que serve, segundo Zanoni, para comprovar essa realidade, foi a pesquisa feita com as 150 pessoas que há oito meses invadiram uma área em Vila Formosa: “Conseguimos comprovar que 90 por cento delas não tinham realmente renda suficiente para pagar os novos alugueis”.

Embora a pesquisa não tivesse a preocupação de levantar o perfil desse novo tipo de favelado, Zanoni mostra-se seguro ao dizer que “eles são operários da construção civil, de renda de 1 a 3 salários mínimos, operários da própria Prefeitura, da indústria mecânica e até alguns motoristas de táxi”.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana passada, dois estudantes foram presos pela Polícia Militar e encaminhados à Polícia Federal, sob a acusação de estarem hasteando ou colando, bandeira do Partido Comunista do Brasil; imediatamente entramos em contato com a Superintendência da Polícia Federal e fomos informados pelo Delegado, Dr. Jeová, de que os jovens estudantes, Manoel Barbosa Filho e Antônio César de Andrade e Silva, não seriam autuados em flagrante e que seriam colocados em liberdade, no fim da tarde.

Para nossa surpresa, já se passaram vários dias, e esses estudantes continuam presos; presos, sob o manto de uma lei excepcional, de uma lei que, segundo o jurista Heleno Cláudio Fragoso, “fora elaborada nos bastidores da República por autor ignorado e que é expressão típica de uma lei excepcional que aparece nos momentos de crise.

Essas leis são concebidas, com espírito de resposta a uma ameaça e constitui apenas um meio proporcionado ao Governo que as reclama para o combate à subversão. Então, às circuns-

tâncias, a lei traduz o cunho de uma visceral reação de temor que a marcará necessariamente.

Não há dúvida, continua o jurista, de que é uma lei transitória, correspondente ao momento de anormalidade institucional existente e que terá de ser integralmente reformulada ou revogada, quando voltar a tão esperada normalidade democrática”.

E estamos aqui hoje, Sr. Presidente, para dizer que vários anos se passaram da edição desta obra de Heleno Cláudio Fragoso, jurista renomado, principalmente por ter se colocado em defesa de presos políticos no Brasil, mas ele diz mais ainda, que o Governo resolvera alterar esta lei, que era fruto de um decreto-lei, e encaminhara na época ao Congresso Nacional um projeto de lei em regime de urgência, visando reformular a Lei de Segurança Nacional.

E ela realmente fora reformulada. Levou o número 6.620, datada de 20 de dezembro de 1970.

Mas, infelizmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta lei continua sendo draconiana, esta lei continua vigindo como se nós ainda vivêssemos totalmente num regime excepcional. Reconhecemos que não vivemos numa democracia, entendemos que não vivemos num regime puramente democrático, mas também não vivemos num regime dos idos de 1968, numa ditadura plena, e isto temos que reconhecer.

Daí a necessidade desta lei não só ser alterada, mas totalmente revogada. Esses estudantes, Srs. Deputados, estão presos sob o manto de uma lei que dá faculdade à Polícia Federal, de manter quem quer que seja sob suspeita, sob acusação, por trinta dias, numa prisão, e isto não podemos, numa época como esta, principalmente quando o Presidente da República fala em “abertura política”, admitir e é por esta razão que estamos aqui hoje, para nos solidarizarmos, mais uma vez, com os estudantes — inocentes, no nosso entendimento, e também para dizer aqui o nosso brado de alerta, no sentido de que o Governo procure urgentemente revogar esta Lei de Segurança Nacional, que tanto temor, que tanto medo, que tanta intranquilidade, que tantas injustiças têm trazido, tem causado à causa da democracia nesse nosso País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador) :

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “O Paraná vive, nos últimos anos, sob o signo da desesperança. Em pouco tempo vimos frustrados todos os projetos que este povo construiu como aspirações legítimas e embasadas na constatação de imensas fontes de riquezas e em sua própria disposição de trabalhar e produzir. Iniciamos a década de 80 com a amargura de ver reduzida nossa população, fruto da expulsão de milhares de paranaenses do campo que migraram em busca de oportunidades melhores de sobrevivência em outros Estados e nos países vizinhos.

A vida econômica, social e política do Paraná, leva agora a marca da desagregação que exige mudanças que apontem para soluções novas, concretas e que nos coloquem novamente na perspectiva do progresso.

Não nos faltam recursos. O Paraná, todos sabem, é responsável por mais de 30 por cento da produção agrícola nacional, 7,4 por cento do Produto Interno Bruto e 13 por cento do volume brasileiro de exportação. No entanto, esta capacidade de produzir não reverte em benefícios para os paranaenses. Nosso crescimento econômico deu-se com base num modelo que privilegiou os interesses da exportação, fortalecendo o grande capital e relegando o produtor rural à condição de pária e vítima da violência que o transforma em bóia-fria. A adequação do Estado à política econômica implantada no País pelos governos pós-64, trouxe prejuízos imensos ao nosso povo.

A intensificação da corrida às terras novas e o aumento da concentração da propriedade fundiária e da renda no meio rural, levou ao crescimento rápido do número de assalariados e semi-assalariados rurais. O atrelamento do pequeno produtor ao crédito rural, forçando-o a alterar as formas tradicionais de produção, intensificando o uso da terra, a mecanização, a utilização de insumos e tendo o mercado externo como polo fundamental da destinação dessa produção, levou-nos ao caos. Expulsos da terra, em decorrência desse processo de subordinação ao capital, os pequenos produtores não tiveram chances de sobreviver nem direito à defesa de seus interesses.

Foi assim que nos últimos sete anos, 104 mil pequenas propriedades paranaenses desapareceram. Os antigos produtores que desbravaram o Estado e plantaram com seu suor e sacrifícios as bases desta economia, estes vivem hoje na periferia das cidades, como trabalhadores urbanos mal-assalariados ou como volantes à espera do contrato eventual. Milhares estão no Paraguai. Outros engrossaram a corrente migratória em direção ao norte. Só em Rondônia há 20 mil paranaenses à espera de terra.

Este processo não condicionou apenas a perda do maior patrimônio do Estado, sua força de trabalho, os braços de produtores expulsos. O uso indiscriminado da terra, o caráter predatório deste modelo econômico nos trouxe prejuízos como a destruição de amplas áreas de terras férteis, a degradação do meio-ambiente, a destruição dos recursos não renováveis que se constituíam em importante reserva para a construção de nossa economia.

Hoje somos um Estado com geografia diferente. O Noroeste transformou-se num campo erodido. A erosão caminhou rápido e em sintonia com a política que comandou o Estado e que nada fez, além de campanhas publicitárias, para detê-la.

Se não foram os paranaenses, quem se beneficiou de toda esta transformação?

O Paraná vem sendo chamado a responder com sua produção agrícola à necessidade de divisas para sustentar um modelo econômico que privilegia os grupos econômicos estrangeiros. Produzimos, não para alimentar nosso povo, mas sim, para alimentar a gula das multinacionais que ficam com a maior parte de nossa produção a baixos preços. Produzimos para alimentar uma política que nos conduz ao endividamento progressivo. Hoje o País deve aos banqueiros internacionais a soma astronômica de 60 bilhões de dólares.

Esta transformação no sistema de produção agrícola do Estado, favoreceu também às multinacionais que atuam no setor.

De um lado as produtoras de equipamentos e insumos que recolhem o dinheiro subsidiado para a agricultura em troca de uma tecnologia que a experiência já demonstrou é desajustada e nociva aos interesses do Estado.

Do outro, os grandes grupos estrangeiros que ficam com o resultado da produção e com os lucros sobre o trabalho de nosso povo. Um sistema que se utiliza, inclusive das cooperativas uma forma pensada inicialmente justamente para defender o pequeno produtor e que se transformou, em grande parte, em braço das multinacionais.

Favoreceu também a concentração da propriedade da terra, aumentando a extensão dos latifúndios, fazendo desaparecer o pequeno, em favor do grande proprietário. Um processo que se deu com a marca da violência e com o respaldo da política oficial que não respeitou sequer as terras indígenas no Paraná.

Todo este processo é resultado da aplicação, no âmbito do Estado, da política econômica e financeira que o País viu inaugurada em 1964. Custou-nos um sacrifício enorme e que não para no campo. A política energética, fundada no período dos projetos faraônicos e que tinha a perspectiva de construção do Brasil potência, levou-nos outro tanto. Os reservatórios existentes e em construção inundarão 3.354,9 quilômetros

quadrados do território paranaense, até 1985. Em 1990, prevê-se que dois por cento da área estadual estará submersa. Como consequência, as perdas agrícolas, levando-se em consideração apenas as Usinas de Foz do Areia, Salto Segredo, Salto Santiago, Salto Caxias, Capanema, Ilha Grande, Taquaraçu e Porto Canoas que representam 5,3 por cento da área inundada ou a inundar até 1990 representará uma perda na produção agrícola de 40 mil toneladas na produção de milho, soja, arroz, trigo, feijão, café, algodão e cana. Estima-se uma perda anual, só na arrecadação de ICM, de 7 milhões de cruzeiros (valores de 1980) sobre o valor da produção, estimada na astronômica cifra de sete bilhões de cruzeiros.

A construção de hidrelétricas nos retira ainda uma das mais belas atrações turísticas do mundo, Sete Quedas, que será submersa pela represa de Itaipu, afora a liquidação de terras de primeira qualidade por essa usina. Pior é o resultado da construção da represa de Ilha Grande, que inundará área duas vezes e meia superior à Itaipu, nas regiões oeste e noroeste do Estado, sem que o Paraná receba nada em troca. Nem mesmo energia.

Grande parte desta energia produzida com os recursos hidrelétricos do Estado é consumida fora do Paraná. Nem mesmo um projeto de eletrificação rural foi realizado para garantir benefícios à nossa gente. Apenas 13 por cento das propriedades agrícolas do Paraná são beneficiadas pela eletricidade.

Nossa vocação agrícola é sempre lembrada quando nos desafiam a produzir para exportar. E respondemos sempre com os melhores resultados. Assim, 27 por cento do volume de exportação de produtos primários sai do Paraná. Em troca, nada recebemos. Pelo contrário, nos tiram.

O sonho de superar esta situação pela industrialização transformou-se em utopia. Enquanto Minas Gerais recebe 20 por cento dos projetos industriais incentivados pelo Governo Federal, o Paraná recebe apenas 5 por cento. E mesmo este pequeno estímulo foi mal direcionado pela política de industrialização do Governo Estadual. Os polos industriais projetados, incluindo a Cidade Industrial de Curitiba, não atingiram nem 25 por cento dos resultados esperados em termos de geração de empregos, de arrecadação de impostos e muito menos, de dinamização da nossa economia.

O certo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o peso econômico do Paraná se manifesta numa agricultura fornecedora de divisas básicas e uma pujança energética que só traduz benefícios para o País. A este peso e a esta pujança corresponde um sistemático processo de esvaziamento imposto pela União, que longe está de retribuir sequer uma parcela de contribuição de nosso povo ao progresso nacional. O Estado se encontra esmagado de um lado pelo Código Tributário que concentra recursos para o Poder Central e de outro, prejudicado pela legislação que protege o Estado de São Paulo, que fica com a parte do leão na arrecadação de impostos de mercadorias ali produzidas, mas consumidas no Paraná, desde conservas até veículos e máquinas pesadas.

Esta é a situação econômica real do Paraná. Um Estado que muito produz e contribui para o esforço econômico nacional, mas que vê os resultados transferidos, ficando com os prejuízos econômicos, sociais e políticos que se acumulam. Prejuízos que se abatem especialmente sobre a ampla maioria da população.

O Paraná, Senhores, poderia super-alimentar todos os seus habitantes. Mas a miséria e a desnutrição continuam sendo as causas principais da mortalidade. A renda média do paranaense situa-se abaixo da renda média do brasileiro. Cerca de 75 por cento dos que trabalham recebem menos de dois salários mínimos mensais. Somos cerca de um milhão de deserdados no campo: os bóias-frias, expulsos da terra, vivendo em condições de extrema precariedade. Destino provável da maioria dos pequenos produtores.

A grande parte da população não tem acesso às condições

mínimas de alimentação, higiene e habitação. Por isso, somos um povo doente. Nestas condições, morre-se de causas evitáveis associadas à desnutrição e à falta de saneamento. Doenças como difteria, coqueluche, sarampo, tétano, poliomielite e as diarreias fazem suas vítimas.

Estas condições de saúde da população tendem a se agravar na medida em que há uma perda constante do valor real dos salários e um aumento constante do custo de vida. Em que o desemprego, em elevação, retira dos trabalhadores as condições de sobrevivência. Este é o quadro clínico da população, um indicador suficiente dos prejuízos que sofremos.

Também no que diz respeito à educação, observamos um quadro preocupante. Uma parcela significativa da população escolar não tem condições de chegar à escola. A desnutrição, a precariedade de vida, a necessidade de utilizar a infância como força de trabalho para reforçar o orçamento familiar, retiram milhares de crianças paranaenses do processo educacional. Entre as que chegam à escola, boa parte é levada à desistência no primeiro ano, fruto de uma política que na verdade expulsa o aluno pelas exigências desajustadas que faz.

As greves anuais de professores nos indicam a falta de recursos para a educação e as deformações no setor. Nossas escolas são desaparelhadas, os mestres ganham pouco e são obrigados a um trabalho intenso para recuperar salários, a direção educacional obedece aos interesses políticos imediatos, e não às necessidades. Há falta de escolas entre a população carente de recursos. Na área rural esta situação é mais grave ainda.

Estimativas não pessimistas, afirmam que de cada três crianças que ingressam na escola de primeiro grau, duas saem e uma termina o curso. Temos milhares de crianças abandonadas vivendo à margem de qualquer assistência do Estado. São fruto da desagregação social, da perda de recursos que o Paraná poderia aplicar em benefício de seu povo.

Os desajustes não param aí. Mesmo com estas dificuldades, o Paraná é obrigado a manter parte do ensino universitário, pois aqui a União não se dispõe a corresponder às nossas necessidades. A reivindicação da federalização das universidades mantidas pelo Estado não encontram eco no plano nacional.

Esta, senhores, é a situação que vivemos no Paraná e fruto destes vinte anos de aplicação de uma política econômico-financeira e de projetos sociais e políticos que nunca viram o povo paranaense como objetivo central. Este o quadro real que a mistificação tentada pela propaganda política não consegue esconder. Este é o retrato vivo, apenas em seus traços mais marcantes, do drama paranaense que conduz seu povo à desesperança e à exigência de mudanças.

Soa como escárnio a pretensão de construir outro retrato da situação que vivemos. Soa como deboche saber que este outro retrato custa fortunas aos cofres públicos e, portanto, aos paranaenses. Toda esta campanha divulgada pelos meios de comunicação social é necessária aos que estão no poder, porque eles não podem se apresentar ao povo de outra forma que não seja pelo esforço da propaganda e mistificação. Mas a propaganda, Senhores, explicam os técnicos no assunto, só produz efeitos quando o produto anunciado tem um mínimo de qualidade. E o que pesa sobre a consciência de todos os paranaenses é saber que se gasta tanto dinheiro, dilapida-se o cofre público com produto tão insosso. Esta campanha publicitária apenas nos dá a prova final de que não há respeito deste Governo pelos recursos do Estado e, em consequência, pelo seu povo que o gerou. Só atesta a vocação arbitrária que usurpa o poder público e faz dele seu instrumento pessoal. Uma atitude que atenta contra a consciência democrática de todos os paranaenses que se vê insultada pela mistificação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nossas dificuldades atuais decorrem, em grande medida

do caráter do Governo que temos. Sem representatividade, alçado ao comando administrativo do Estado por vias de imposição, esbulhando o direito de escolha dos paranaenses, que papel poderia jogar na defesa de nossos interesses?

O Estado do Paraná é vítima desta situação paradoxal. Um Estado forte, com uma economia que contribui largamente para as necessidades nacionais, que perde seus recursos humanos e naturais como sacrifício em favor de uma política econômica ditada pelo Poder Central, não tem quem lhe defenda os direitos e interesses há muito tempo. Não bastasse a ausência de representantes paranaenses em cargos de decisão na esfera nacional, as autoridades federais não levam em conta nossas potencialidades e estão longe de retribuir sequer uma pequena parcela de nossa contribuição ao progresso da Nação.

Pelo contrário. Vimos a atitude constante do Governo Federal protelando a construção de obras importantes e necessárias em nosso território. É o caso da ferrovia da soja, a duplicação de rodovias, a aplicação de recursos para a imediata exploração de nossas reservas de xisto.

Vimos o Governo Federal sobretaxar nossos produtos, aplicando o confisco cambial. Vimos a discriminação de nosso Estado quando se trata de localizar projetos industriais. Vimos o Governo Federal desprezar os princípios mínimos da autonomia estadual, impondo até mesmo a indicação de secretário e de comandantes para dirigir as forças de segurança pública do Paraná.

O Governo que temos se omitiu, nada fez para defender nossa independência. Assim como escolheu o silêncio diante de todas as indagações que lhe são feitas sobre sua responsabilidade, desde a defesa dos interesses de nossa economia até nas questões que dizem respeito à sua utilização dos recursos públicos.

Um governo com estas características só pode conformar o Estado à submissão. Incapaz que é de ao menos lutar pela aspiração de ver o Paraná representado no Supremo Tribunal Federal. Incapaz que é de defender nossos trabalhadores, nossos produtores, nosso povo, preferindo se por como expectador insensível do espetáculo degradante que é a migração de milhares de paranaenses que aqui já não têm condições de viver e produzir.

Um governo que se habituou ao arbítrio e se considera com direito à indulgência plenária da crítica. Que se sente no direito de privilegiar, no Governo do Estado, o seu partido, acalentando o sonho de permanência no poder.

Já afirmamos há dias e voltamos a repetir. Esta situação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, só será superada pela substituição dos atuais governantes. Este é o desejo do povo paranaense e a tendência que se afirma na medida em que nos aproximamos do pleito eleitoral de novembro. Uma necessidade histórica que os casuismos e a mistificação política e nem mesmo a repressão e intimidação poderão evitar.

Nosso partido quer chegar ao Governo Estadual como expressão desta aspiração paranaense de se ver representado na defesa de seus direitos. E que exerça o Governo, segundo diretrizes que colocam, acima de tudo, o respeito à ampla participação do povo organizado, respondendo democraticamente às suas reivindicações. Porque ao povo não se responde com a prisão de jovens, não se responde com agressão de professores, não se responde com a omissão quando se é cobrado, não se responde com a mistificação publicitária a expensas dos cofres públicos. Responde-se com o trabalho político honesto, embasado nos princípios democráticos e em sintonia com as aspirações dos paranaenses. O Paraná responderá, com o voto, à omissão e ao escárnio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Falará no Horário da Liderança, o Deputado Edilson Alencar.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, o Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “A recessão econômica tem avolumado o desemprego em todo o País. Na indústria, no comércio e na agricultura do Paraná, sente-se o agravamento do fenômeno. Os afluentes aos centros urbanos de trabalhadores rurais, em busca do ganha pão, se acentua de dia para dia, e o problema social se torna, conseqüentemente, mais agudo.

Assim, pois, quando surge a oportunidade de ocuparem-se vagas no Serviço Público, há verdadeira plethora de candidatos submetidos a concurso, como manda a lei. São dias de nervosismo e de agitação, com provas geralmente rigorosas. Sobreveem, depois, o exame físico dos candidatos aprovados, a juntada de volumosa coleção de documentos, exigidos pela máquina burocrática. E, tudo pronto, a agonia da longa espera pela nomeação.

A Secretaria de Segurança Pública realizou, por exemplo, recentemente, um concurso para seleção de Agentes de Segurança. Estamos informados de que 605 candidatos foram aprovados, e destinar-se-iam todos eles, ao preenchimento de vagas nas numerosas Delegacias de Polícia de todo o Estado, hoje com absoluta falta de pessoal adequado.

Chegou ao nosso conhecimento que as repartições policiais têm sido ultimamente supridas por pessoas sem habilitação profissional, sobretudo por alcagüetes. Alcagüete, na gíria, é o informante da Polícia, e quem se submete a esse papel comprova o baixo nível de sua formação, não estando, portanto, credenciado para o exercício de funções mais complexas e mais responsáveis.

Sabemos que, dos 605 aprovados, cerca de duzentos candidatos já passaram no exame de saúde, e já entregaram, na repartição competente, documentos pessoais exigidos. Mas, até agora, apesar de tudo, ainda não foram nomeados.

Seguem, a cada dia, a “via crucis” na Polícia Civil e na própria Secretaria de Segurança, sem que lhes seja dada uma palavra de esperança e de conforto quanto à época da nomeação. Muitos deles abandonaram os empregos anteriores, pela certeza que tinham da nomeação rápida. E estão passando momentos de angústia e de dificuldades financeiras.

A preocupação aumenta diante da proximidade das eleições gerais de 15 de novembro. A legislação eleitoral é taxativa quando proíbe a nomeação de funcionários para a administração pública direta e indireta, e para autarquias e sociedades de economia mista, até 90 dias antes e 90 dias depois de eleições como as previstas.

É que a excessiva demora poderá acarretar graves prejuízos aos interessados, pelo fato das nomeações se tomarem inviáveis. Nesse caso, a situação de cada um se apresentará eivada de inúmeras dificuldades, porque não terão oportunidade de conseguir outro emprego, diante das restrições existentes no mercado de trabalho.

No intuito de dar-se às repartições policiais do Estado pessoal especializado e reconhecidamente capaz, endereçamos ao titular da Pasta de Segurança Pública veemente apelo no sentido do aproveitamento imediato dos candidatos em condições de pronta nomeação, e do aproveitamento paulatino daqueles outros que forem cumprindo as exigências de aprovação em exame de saúde e de encaminhamento da documentação individual necessária.

Além de atender-se às necessidades de cada repartição com falta de material humano adequado, a Secretaria de Segurança Pública estará cometendo ato de justiça aos que se prepararam exaustivamente para o concurso a que foram submetidos.

Requeremos seja endereçado ao Sr. Secretário da Segurança Pública telegrama incisivo, nos seguintes termos:

“Ciente carência pessoal habilitado nas repartições policiais do Estado vg e ciente terem sido aprovados recente concurso Secretaria Segurança Pública 605 candidatos a Agentes Segurança vg com 200 aprovados em inspeção saúde et com documentos pessoais em ordem vg Assembléia Legislativa Paraná apela Vossência sentido aproveitamento imediato aqueles já em condições de nomeação et aproveitamento paulatino demais que forem cumprindo exigências legais vg sendo apelo produto oportuno pronunciamento nesta Casa do nobre Deputado Edilson Alencar pt”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Consulto à Liderança do Partido Trabalhista, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Ausente).

Consulto à Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Erondy Silvério).

Com a palavra o nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Ouvimos atentamente o pronunciamento do nobre Líder do PMDB, nesta tarde. E queremos afirmar aqui, que nós endossamos e comungamos em quase que 80% das suas observações. Porque não tem sido outra a luta do Governador Ney Braga senão liquidar, estirpar ou acabar definitivamente com as mazelas do subdesenvolvimento do Paraná, em todos os setores das atividades humanas.

Quem prestar atenção nos pronunciamentos do Chefe do Poder Executivo paranaense, vai notar que as mesmas observações, as mesmas colocações feitas, hoje, pelo nobre Líder do PMDB, se constituem no pensamento do Governo, se constituem no pensamento da maioria dos homens que têm responsabilidade neste Estado.

Mas, para acabarmos com isto, para transformarmos o Paraná na terra desejada, na terra prometida, é evidente que existe uma coisa muito necessária que são os recursos públicos. Haveria necessidade que Curitiba tivesse o orçamento do Estado do Paraná, que o Estado do Paraná tivesse o orçamento do Brasil e que o Brasil tivesse o orçamento dos Estados Unidos.

Com todos esses recursos às mãos, tenho absoluta certeza, que nós acabaríamos com os focos do subdesenvolvimento, de miséria, de tudo neste Estado.

Mas, o pensamento do Chefe do Poder Executivo tem sido este, e esta Casa sabe disso, porque esta Casa votou por unanimidade, mensagem do Governo que solicitava autorização para que o Estado do Paraná contrairasse, no exterior, empréstimos no sentido de implementar o Projeto “PRO-RURAL” no Estado do Paraná.

E o projeto “PRO-RURAL”, se for analisado detidamente, ele contém em suas minúcias, o desejo do Governo de acabar com o que de errado, o que de pobre, o que de paupérrimo existe no Paraná, em setor de educação, de saúde pública, de estradas e de auxílio aos municípios paranaenses.

Então, não tem sido outra a luta do Governo do Paraná, senão esta.

Agora, não concordamos — e eu disse que nós concordávamos com quase 80% das colocações — não podemos concordar quando o nobre Líder do PMDB diz que o nosso Governo é ilegítimo; que o nosso Governo não é fruto da vontade do povo; que o nosso Governo e isso ele quis dizer em entrelinhas — é um Governo imposto à maioria por uma minoria.

Não é bem isso, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Nós sabemos que o Governador Ney Braga jamais perdeu uma eleição. Todas as eleições que ele disputou, ele venceu, e com larga margem de sobra de votos, desde a sua primeira, a

Prefeito de Curitiba, até à sua última, a Senador da República. É realmente um campeão de eleições. É um homem que tem carisma, que tem popularidade, que tem, acima de tudo, alma e coração paranistas. É um homem que vive, que se preocupa, que se aflige, que se sensibiliza com os problemas do povo, porque ele também é povo, ele também é de uma família de origem humilde, porque ele subiu degrau por degrau, graças ao seu trabalho, ao seu esforço, sua vida reta, sua ação corretíssima na defesa dos interesses públicos.

Portanto, se se aplicam a alguns Governadores do Brasil as colocações feitas pelo nobre Líder do PMDB, exclua-se disso o Sr. Governador Ney Braga; aceitou a incumbência de dirigir o nosso Estado como paranaense que é, como membro do Governo anterior — Secretário da Educação — porque, essa, era a regra definida do jogo, a escolha indireta dos governadores. E nós, viemos para esta Casa, eu, o nobre Líder do PMDB, e os demais 56 Srs. Deputados que compõem o Poder Legislativo do Paraná, conhecendo as regras do jogo, sabendo que o Governador seria, por indicação, e por eleição do Poder Legislativo, por indicação do Poder Central, foram as regras estabelecidas pelos Governos Revolucionários, aqueles que não concordam, podem protestar, mas jamais procurar negar legitimidade, a um Governo eleito nessas condições!

Mas o que me traz — e sabe disto o nobre Deputado Trajano Bastos — à tribuna é, em primeiro lugar, concordar com algumas colocações do nobre Líder, e sabe, ele, o apreço, o respeito, a estima que tenho pela atuação de Sua Excelência, embora eu discorde de algumas colocações como essa, mas, o principal assunto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é o seguinte:

Acho que está no instante de a Presidência desta Casa, de a Comissão Executiva desta Casa encarnada pelo Sr. Presidente, valorizar os componentes deste Poder, que não têm sido bem recebidos por alguns pretensos administradores fantasiados de tecnocratas, aliás, tecnocratas que tanto têm infelicitado esta Nação; alguns Deputados têm comparecido às repartições públicas e ali têm sido tratados com desconsideração, com descaso, os seus pedidos são recebidos como pedidos pessoais quando na verdade não o são porque o Deputado está numa missão que é, representar o povo que o elegeu, é o elo de aproximação entre o Poder Público, entre a administração da coisa pública e o povo, eis que o povo não pode falar, o povo não pode às vezes tratar pessoalmente dos seus interesses principalmente os que residem fora da Capital do Estado, então, procuram os Deputados da sua região, o homem em quem votaram, em quem depositaram sua confiança para que as Vozes do povo se fizesse ouvir junto à administração pública. E o que nós temos presenciado são ocorrências lastimáveis, lamentáveis como a que ocorreu com o Deputado Tadeu Lúcio Machado, como aconteceu hoje com o Deputado Francisco Escorsin, que é um patrimônio do Poder Legislativo do Estado do Paraná porque é um homem que fez, da sua representação de Deputado, um verdadeiro sacerdócio, o Deputado Francisco Escorsin não é um Deputado, é um assistente social, é um homem que dedica as 24 horas de sua vida, a minorar o sofrimento do povo, nós todos conhecemos a sua atuação neste Poder Legislativo — homem de origens humildes, homem que raramente ocupa uma tribuna, homem que, se encontrado na rua ninguém diz que representa parcela ponderável do Estado do Paraná, do povo do Paraná, o que ele tem feito, com brilhantismo, através de todos estes anos, que, depois do Deputado Paulo Camargo, do Deputado João Mansur, é o decano dos Deputados nesta Casa. Pois bem: hoje, na Café do Paraná, ele foi miseravelmente destrutado pelo Diretor da Café do Paraná, um tecnocrata que não disse ao que veio, não disse o que a Café do Paraná fez ainda pelo agricultor, porque aquilo lá é um ninho de tecnocratas que só consomem o dinheiro do agricultor e que nada fazem, não cumprem as finalidades para as quais a Café do Paraná foi criada! Entretanto, lá está um cidadão, lá estão alguns tecnocratas,

alguns cidadãos que não têm o mínimo respeito pela representação popular. E eu estou, nesta tribuna, em solidariedade ao nobre Deputado Francisco Escorsin e a todos os Deputados desta Casa que não têm sido bem recebidos como é o dever das nossas autoridades. E, lá na Café do Paraná, não foi só o Deputado Francisco Escorsin, um outro Deputado desta Casa também foi miseravelmente tratado mal, por um japonês que tem lá dentro e que atende pelo nome de Fernando — deve ser o Dr. Fernando!

Então, Sr. Presidente, eu espero que Vossa Excelência, ao terminar esta sessão, passe a mão no telefone, ligue para o Dr. José Alves Padilha, Presidente da Café do Paraná, e lhe diga que, ele tenha respeito pela figura do Deputado, que, não é ninguém, pessoalmente, mas que é muita coisa, na representação, na sublime representação popular, porque, quando um Deputado vai a uma repartição pública, quando vai pleitear, quando vai solicitar, jamais o é, em interesse pessoal, a sua reivindicação, mas, em favor da sua região, do seu povo, deste povo tão sofrido como eu disse ontem, desta geração que tem carregado esta Nação nas costas, desta geração sobre cujos ombros pesa a responsabilidade de estruturar o País do futuro.

Geração sofrida esta nossa. Todos os desacertos do Governo, dos tecnocratas, desses infelizes tecnocratas, recaem sobre os ombros do povo brasileiro e quando um representante deste povo, vai com sua humildade, tratar de interesses de parcela desse mesmo povo, encontra um tecnocrata empavonado que pergunta se marcou audiência, recebe mal um representante do povo, como se ele fosse um Deus.

Nós vamos fazer uma análise da atuação da Café do Paraná, nesse período governamental.

Vamos ver se o Sr. Secretário da Agricultura realmente está cuidando dos interesses dos agricultores paranaenses, nesse setor do fomento agrícola que é a Café do Paraná. Ver se a arrecadação naquele órgão cobre as despesas de custeio de pessoal, ver se realmente os dinheiros públicos estão sendo bem aplicados. É o que nós podemos fazer para desagrar um companheiro de Partido, um companheiro de Legislativo, que hoje foi miseravelmente mal recebido pelo Diretor da Café do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, subscrito por diversos Srs. Deputados, lido da tribuna, solicitando a criação e formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de estudar, apurar e apontar as causas, e também apontar os responsáveis pelas enchentes que vem ocorrendo nos municípios às margens do Rio Paraná e seus afluentes. — Recebido. Ao Departamento Legislativo, para anotar e devidos fins.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 113/81, de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO NIPO-BRASILEIRA DE GUARAVERA”, com sede e foro no Distrito de Guaravera, Município de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 150/81, de autoria do Deputado DENI SCHWARTZ, que dá nova denominação ao Município de Nova Prata. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 06/79, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO METODISTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”, de Abatiá, na forma e como especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 82/81, de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO PARANAENSE CONTRA O FUMO - ANTI-FUMO”, com sede na cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 126/81, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Desembargador ACYR SALDANHA DE LOYOLA. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 105/81, oriundo de Parecer ao Projeto de Lei n.º 192/80, aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área descrita, do Município de Santa Helena, a fim da respectiva população decidir sobre a criação do Município de São José. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 105/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, do Município de Santa Helena, para o fim de a respectiva população decidir sobre a criação do Município de São José:

— Começa no Arroio Boas Novas, onde o mesmo atravessa a divisa sul da Fazenda Britânia, por esta referida divisa rumo oeste-leste até o rio São Francisco Verdadeiro, subindo pelo mesmo até o rio Santa Quitéria, por este acima até a foz do Arroio Água Muda, por este acima até a sua nascente, ligando-se a Água Derbal, por esta segue-se rumo ao sul até o rio São Francisco Falso — braço norte — por este abaixo até a foz do córrego Serrinha, por este acima até a sua nascente, dali em diante em linha seca até a nascente do arroio Boas Novas e por este até a divisa sul da Fazenda Britânia, ponto de partida”.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 192/80

O ilustre Deputado WERNER WANDERER propõe a criação do Município de São José, com território desmembrado do Município de Santa Helena e demarcação que especifica.

Compulsando o processado, verifica-se que o mesmo está devidamente instruído com a documentação exigida pela Lei Complementar Federal n.º 1, de 9 de novembro de 1967, a qual estabelece os requisitos mínimos para a criação de municípios.

Destarte, segundo o entendimento predominante nesta Comissão, acolhido pela Casa, cumpre autorizar a realização do plebiscito, a fim de que a população interessada se manifeste sobre a conveniência da proposta.

Assim, nesta fase procedimental, estando o Projeto amparado na Constituição e na Lei, cumpre acolher o pedido e propor ao egrégio Plenário, um Projeto de Resolução com vistas ao plebiscito.

O Parecer é favorável, com o Projeto anexo.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela recondução do Dr. Aléssio Vaz Primo na direção da Carteira Agrícola do Banco do Brasil. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 109/81, 114/81, 39/80 e 60/81. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 24/80. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nílso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências visando a transferência da Secretaria de Educação para o Centro Cívico. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, encarecendo a construção de uma unidade escolar com 5 (cinco) salas de aula, no Distrito Administrativo de Lerroville, no Município de Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nílso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, de matéria publicada pelo Jomal “O Estado do Paraná”, edição de 24/03/82, “Uma Injustiça”. — **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente à Delegacia Regional do Trabalho, encarecendo fiscalização junto a Prefeitura Municipal de Colombo e aplicação das medidas cabíveis, pelo fato de que aquela municipalidade não haver concedido reajuste de vencimentos ao funcionalismo no exercício de 1981. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício à Direção da SANEPAR, encarecendo que a companhia melhore a qualidade da água servida ao Município de Toledo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário de Educação, encarecendo informações acerca da aplicação da Lei da aposentadoria de professores, aos 25 e 30 anos de serviços. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

7 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para dia 5, segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 6/79, 82 e 126/81.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 105/81.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 39/80, 60, 109, e 114/81.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado NILSO SGUAREZI, em sessão plenária do dia 1.º de abril de 1982.

“UMA INJUSTIÇA

O advogado Albino Kluge, militante nas comarcas de Palmas e Curitiba, enviou correspondência a respeito de uma irregularidade. Ele explica em detalhes:

“O objetivo da presente nota versa sobre ato de não promoção de um magistrado à entrância final, ou seja, à Capital do Estado. Sem embargo às qualidades pessoais e preparo jurídico do juiz promovido, obrigo-me a tornar público um manifesto pessoal de inteira repulsa, pela injustiça que vem sendo praticada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, contra o juiz de Direito da Comarca de Araucária — Dr. Nourmirio B. Tesseroli. Como se sabe, esse magistrado, de origem modesta, talvez o único juiz palmense que poderia ser alçado à Comarca da Capital, inegavelmente possa afirmar e corroborar com um sem número de advogados que tiveram o nobre exercício da profissão em suas inúmeras comarcas de trabalho, seja ele, reafirmo sem medo de errar e sem ofensa às demais culturas jurídicas de nosso Estado, um dos mais competentes juizes de nossa geração e atualidade. Acontece, sobretudo, que a injustiça praticada pelo governador do Estado, na preterição desse ilustre e singular magistrado, já ultrapassou os limites do razoável e suportável na carreira de um homem digno e honesto, pois a um magistrado como ele, que foi indicado uma meia dúzia de vezes pelo Poder Judiciário e todas elas preteridas pelo Poder Executivo, é simplesmente desconhecer suas dignas qualidades, praticando-lhe uma profunda injustiça, à guisa de subterfúgios facciosos. Estaria até convencido de que não deveria imiscuir-me nesse lamentável acontecimento, porém, como palmense e advogado que sou e que acompanhou passo a passo a difícil trajetória desse homem, tenho obrigação moral e inadiável de formular esse protesto, dado que se nossa representação política junto ao governo do Estado é acéfala e inexistente, haja visto que nenhuma viva voz foi levantada em torno de um de seus mais dignos e ilustres filhos, não seja por isso, que a injustiça seja acatada silenciosamente. Com efeito, a injusta preterição não foi uma decepção unicamente pessoal. Atingiu uma sociedade e uma região, eis que as qualidades daquele magistrado conterrâneo, que reafirmo com todo orgulho, certeza e segurança, ultrapassam outros limites, eis que seus inesgotáveis préstimos na distribuição da Justiça, são cotidianamente recordados e elogiados em todas as comarcas onde prestou seus relevantes serviços, como em São Mateus do Sul, União da Vitória, Palmas, sua terra natal, Clevelândia, Pato Branco, Francisco Beltrão, Coronel Vivida (onde é cidadão honorário), Chopinzinho, Cascavel, afora outras, como Curitiba e demais comarcas do Norte do Paraná, que com o juiz substituto, também agiu o mesmo desprendimento e rigor. Persio, já teria dito: É lindo ser apontado, e ouvir dizer de si: é aquele!”

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 1982 QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Deni Schwartz e Lineu Turra.

As 16:30 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gemote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a exigência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 102/81, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a “SOCIEDADE DE AMPARO AO NECESSITADO MEDIANEIRENSE - SANEM”, com sede e foro na cidade de Medianeira. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

Portarias:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

PORTARIA N.º 78/82

designar GICÉLIA NEVES SCHUSTER, funcionária deste Poder, para prestar serviços como Datilógrafa, junto ao Gabinete do Deputado José Domingos Teixeira, a partir de 1.º de abril de 1982. (Protoc. 1051/82)

PORTARIA N.º 79/82

designar EDEMAR GOEDERT, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços como Datilógrafo, junto ao Gabinete do Deputado Leônidas Chaves, a partir de 31 de março de 1982. (Protoc. 1618/82)

Gabinete da Diretoria Geral, em 1.º de abril de 1982.

a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
Diretor Geral